



SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

**ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL TEMÁTICA
TRIPARTITE DA NR-29 (COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL
PORTUÁRIA – CPNP)**

Data: 17 de outubro de 2014.

Local: : R. Cel. Eugenio Muller 622 –Centro de Itajaí

Participantes: Rosângela Mendes Ribeiro Silva (MTE/SRTE/SP), Luis Gustavo Manfre (MTE/SRTE/SC), Antonio Carlos Garcia Junior (FUNDACENTRO/ES), Armando Ribeiro Moreira (MT), Mauro Jose Rocha de Araujo (DPC), João Carlos Matar (CNT), Tatiana Oliveira (ABRATEC), William Cady Jr. (FENOP), Sérgio M. Gianetto (FNP), José Adilson Pereira (CONTTMAF), Luiz Sergio Soares Mamari (CNC), Rogério Porto Velela (FENCCOVID), Sandra Rejane A. Bezerra (CNA), Francisco Norberto (SEP), Ernani Pereira Pinto (CONTTMAF)

Após a conferência de quorum foi aberta a reunião pela coordenadora, Rosângela Mendes Ribeiro Silva, representante do MTE. Foi trocada a representação do CNA (suplente), conforme informado pela Sra Sandra Rejane A. Bezerra, atual suplente. A coordenadora informou que devem encaminhar ofício a SIT/CGNOR com esta alteração, tendo sido esclarecido pela representante que já foi enviado. Informou também que a SEP já indicou seus representantes para a comissão. O representante da SEP, presente na reunião, Sr. Francisco, foi orientado que a SEP deve enviar alteração do suplente de sua representação, pois consta outro nome no ofício encaminhado. O mesmo ficou de comunicar a SEP para retificação dos seus representantes junto a CGNOR. Após, agradeceu a presença dos representantes do Exército que compareceram para informar à comissão e responder questões sobre o controle de explosivos (Produtos Controlados). Embora já seja do conhecimento de todos a publicação da Portaria 1080 de 16/07/14 com as últimas alterações da redação da NR 29 aprovadas pela comissão e ratificadas pela CTPP, é necessário constar o assunto em ata.

1. Leitura e aprovação da ata da 30ª RO da CPNP - Vitória.

A Sra Rosangela esclarece que as atas foram encaminhadas a todos os presentes, não tendo tido registros de alterações. Ao iniciar a leitura, o Sr.

Mauro Araújo, DPC-Marinha, solicita retificação da sua fala do item 6 para : “para conhecimento dos membros da Comissão Permanente Nacional Portuária e dos presentes, que solicitou incluir, para discussão, o tema - O embarque de portadores de necessidades especiais em embarcações - junto à Comissão Permanente Nacional Aquaviária (CPNA). A inclusão desse tema é devido ao entendimento da Marinha de que esse assunto deva ser amplamente debatido por todos os segmentos envolvidos, tendo em vista que o embarque desses trabalhadores poderá por em risco a segurança não somente dos próprios, mas de todos a bordo.” Após estas correções, a ata foi aprovada

2. Proposta de modificação “Cargas Perigosas – Explosivos – FNP

O Exército Brasileiro atendendo ao ofício 126 DSST/SIT/MTE compareceu, tendo como representantes o Coronel Aquiles, o Major Tófoli – que fez a apresentação – e a Ten. Luciana. Apresentaram a legislação sobre armazenamento de explosivos, Decreto-Lei 24602/34 e Decreto-Lei 3665/2000, responderam a várias dúvidas da comissão, esclarecendo naquilo que coube a finalidade da proposta da FNP, como a necessidade de área livre em torno do local de armazenamento e ainda que o Exército não tem interesse no armazenamento de explosivos nos portos, mas não proíbe, desde que sejam atendidas as normas. Houve debate a respeito, alegações que se proíbe o armazenamento, mas muitas vezes caminhões ficam estacionados no porto com cargas explosivas. O representante do Ministério dos Transportes perguntou se há penalidade aplicada pelo Exército, o que foi respondido afirmativamente pelo Exército, ou seja, há penalidades. Após os debates, houve consenso na alteração deste item na NR 29, cabendo a bancada dos trabalhadores trazer na próxima reunião uma nova proposta de texto.

3. Proposta de revisão dos itens referentes a PLANO DE CONTROLE DE EMERGÊNCIA – PCE - nos portos - MTE

A proposta foi apresentada pela Sra Rosângela do MTE, que iniciou informando que os pontos relevantes para estarem levantando esta questão foram: o aumento do número de ocorrências de emergência nos portos registradas no último ano (oito acidentes), iniciados com o acidente em setembro de 2013 do porto de São Francisco do Sul seguido do incêndio do terminal da Copersucar em Santos em outubro de 2013, entre outros, e que a redação atual da NR 29 traz ambigüidade quanto às competências dos atores sociais envolvidos no capítulo de Disposições Gerais (NR 29.1.6 e subitens) e Operações com Cargas Perigosas (NR 29.6.3, subitens 29.6.3.4 e 29.6.3.5 e NR 29.6.6) e ainda que outras normas que possuem também planos de emergência, cuja redação é mais recente que a da NR 29, ampliou esta redação, deixando-a mais clara e objetiva. Dessa forma, apresentou para iniciar a discussão nova redação do item Plano de Controle de Emergência

(NR 29.1.6 e subitens) com a finalidade de dar maior eficácia às suas ações, garantindo sua gestão de forma a obter resultados eficazes quando da necessidade de sua utilização. A redação proposta é:

29.1.6 Plano de Controle de Emergência - PCE e Plano de Ajuda Mútua - PAM.

29.1.6.1 Cabe à administração do porto, ao OGMO, **ao titular de instalação portuária de uso privativo ou** empregador a elaboração do PCE, contendo ações coordenadas a serem seguidas nas situações descritas neste subitem e compor com outras organizações o PAM.

29.1.6.1.1 **A coordenação do PCE caberá à autoridade portuária**

29.1.6.2 Devem ser previstos os recursos necessários, bem como linhas de atuação conjunta e organizada, sendo objeto dos planos as seguintes situações :

- a) incêndio ou explosão;
- b) vazamento de produtos perigosos;
- c) queda de homem ao mar;
- d) condições adversas de tempo que afetem a segurança das operações portuárias;
- e) poluição ou acidente ambiental;
- f) socorro a acidentados;
- g) **outras situações de emergência em função das características do local.**

29.1.6.3 O Plano de Controle de Emergência – PCE deve conter, no mínimo:

- a) nome e função do(s) responsável(eis) técnico(s) pela elaboração e revisão do plano;
- b) nome e função do responsável pelo gerenciamento, coordenação e implementação do plano;
- c) designação dos integrantes da equipe de emergência, responsáveis pela execução de cada ação e seus respectivos substitutos;
- d) descrição dos recursos necessários para resposta a cada situação prevista;
- e) descrição dos meios de comunicação;
- f) procedimentos de resposta à emergência para cada situação prevista;
- g) procedimentos para comunicação e acionamento das autoridades públicas e desencadeamento da ajuda mútua, caso exista;
- h) procedimentos para orientação de visitantes, quanto aos riscos existentes e como proceder em situações de emergência;
- i) cronograma, metodologia e registros de realização de exercícios simulados pelo menos uma vez ao ano.

29.1.6.3 No PCE e no PAM, deve constar o estabelecimento de uma periodicidade de treinamentos simulados, cabendo aos trabalhadores indicados comporem as equipes e efetiva participação **(analisar se este item deve ser excluído ou reformulada a redação tendo em vista que parte do conteúdo está no item anterior)**

29.1.6.4 Os PCE e PAM devem prever ações em terra e a bordo, e deverá ser exibido aos agentes da inspeção do trabalho, quando solicitado.

Após a apresentação, houve debate sobre o assunto, inclusive sendo colocado por convidados presentes do setor patronal e pela Sra Tatiana da ABRATEC, que as empresas tem vários planos de emergência a serem cumpridos oriundos de diferentes legislações, mas com o mesmo propósito de ter procedimentos em situações de emergência. O representante do MTE, Sr. Luis Gustavo e representantes dos trabalhadores esclareceram que o objetivo do Plano de Emergência da NR 29 é a integridade física do trabalhador, dessa forma não há o que se pensar no entendimento que suas exigências poderiam estar sendo sanadas por outros e que ainda este fórum é exclusivo da NR 29. Após mais discussões a respeito a bancada dos trabalhadores sugeriu que a redação do item **29.1.6.1 pode ser complementada pelo conteúdo do subitem 29.1.6.1.1**, de forma a ter uma redação mais enxuta e clara. A representante do MTE redigirá novamente este item com a sugestão dada e apresentará na próxima reunião. Os demais itens foram apenas apresentados e não discutidos ainda. Dessa forma o assunto se mantém em pauta.

4. Avaliação dos trabalhos elaborados referente a trabalho em altura, resultado do convênio Brasil-EU, apresentados no Congresso e a redação da NR29

O representante da FENOP, Sr. William, parabeniza pela apresentação feita no congresso do Guia pela Sra. Tatiana, mas diz que não houve avanço sobre trabalho sobre blocos de granitos, carga de projetos, entre outros, que não têm ainda solução para pontos de ancoragem e linha de vida nos porões dos navios, ficando os trabalhos muito restritos às operações de containeres. O Sr. José Adilson, representante dos trabalhadores, entendeu que não houve respostas colocadas em Vitória e que ainda os pontos críticos não foram resolvidos. O que foi construído, ou seja, os 10 pontos apontados, não é suficiente, por que não atende a expectativa gerada na reunião de Vitória. A Sra Tatiana que acompanhou os trabalhos do grupo do convênio Brasil-EU informou que, depois do Workshop em Vitória, foram feitas outras visitas dos técnicos, inclusive no Terminal (TESC) para ver a operação com carga geral no trabalho em altura, como homens trabalhando sobre três de alto em bobinas e que, nestes aspectos não houve solução apontada. Na visita que fizeram nos portos da Europa não foram em portos que tinha este tipo de operações, portanto não pode ser feita a comparação. Esclareceu também que o Guia apresentado não é um trabalho terminado e que deve ser ao longo do tempo acrescido de outras boas práticas em outras operações para servir de referência ao setor. Houve consenso das partes desta continuidade, porém sem definição de como será feito estes trabalhos a partir de agora. Dessa forma, o assunto se mantém em pauta.

5. Avaliação geral do III Congresso Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário e Aquaviário

As bancadas patronal, do governo e dos trabalhadores foram unânimes em avaliar como positiva a realização do Congresso. Houveram várias manifestações sobre o trabalho da UNIVALI e FUNDACENTRO para o sucesso do evento, bem como o empenho de todos na realização do evento. Dessa forma, entendem que ficou uma grande responsabilidade para a comissão no sentido de realizar o congresso periodicamente. Ficou aprovado então que seja realizado de 2 a 2 anos. Os trabalhadores sugerem que na próxima reunião da CPNP seja definido a data e o local do próximo Congresso, solicitando que conste da pauta da próxima reunião. O Sr. Ernani, representante dos trabalhadores, disse que a fórmula do congresso foi boa, mas foi cansativa e que no próximo devemos incentivar mais a discussão de novas turmas como: Higiene, Previdência, etc... O Sr. Gianneto, representante da FNP, sugere que no próximo congresso haja maior participação de pessoas ligadas às Autoridade Portuárias, devido a importância do assunto. Em resumo, houve consenso que o Congresso atendeu os objetivos propostos, sendo relevante para todas as partes dos setores portuário e aquaviário.

6. Informes e outros assuntos

A FUNDACENTRO informa que na próxima reunião trará uma proposta sobre PPRA. A coordenadora colocou que conforme planejamento a nossa próxima e ultima reunião do ano está prevista para a segunda quinzena de novembro em Salvador, porém, que conforme nosso regimento, entende que o tempo está muito curto para a organização da mesma, tendo em vista o tempo mínimo de 30 dias para os encaminhamentos (pauta e propostas). Este tempo ficou restrito em função do adiamento do congresso de setembro para outubro e, conseqüentemente, a segunda reunião ordinária também. Houve, então, consenso das partes de não fazer esta reunião este ano, ficando mantida para o próximo ano. Considerando este entendimento a coordenadora colocou para todos, como sendo então a última reunião do ano, quais seriam os portos, bem como épocas para previsão da realização de 3 (três) reuniões em 2015. Ficou acordado o seguinte:

- 1 – Salvador (BA) – 18 e 19 de março
- 2 – São Luis (MA) – primeira quinzena de agosto
- 3 – Rio Grande(RS) – primeira quinzena de novembro

Houve acordo também em fazer as reuniões em quartas e quintas-feiras.

Rosângela agradece o consenso geral e encerra a reunião.